
**REFLEXÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA FORMAÇÃO DOCENTE:
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PALMEIRA
DOS ÍNDIOS (AL) SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

*Pedro Antonio Gomes de Melo**

RESUMO

Desde o início do século XXI, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) adquiriu o status de língua por meio do Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que a entende como uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituindo-se em um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. No entanto, esse reconhecimento linguístico ainda precisa ser evidenciado no contexto escolar da Educação Básica, especialmente em Alagoas. Nessa direção, este texto objetiva analisar algumas percepções de professores do Ensino Fundamental de uma escola privada da cidade de Palmeira dos Índios (AL) sobre a Libras. Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, está embasado em autores basilares como Antonio e Kelman (2019), Gesser (2009), Godoi, Lima e Andrade (2016), Kendrick e Cruz (2020), Lima e Córdula (2017), Mantoan (2015), Quadros (1997, 2003, 2023), Rocha, Oliveira e Reis (2016), e Tavares e Nogueira (2023), entre outros, que estudam questões voltadas à Libras e consiste em uma pesquisa do tipo exploratória descritiva de natureza qualitativa. Como resultados, evidenciou-se que os professores investigados demonstraram uma concepção linguístico-gramatical equivocada sobre Libras, evidenciando uma formação docente deficiente para educação especial e inclusiva, mesmo afirmando terem tido contato com essa língua de natureza visual-motora e com a comunidade surda e/ou com a cultura surda.

Palavras-chave: educação básica; formação profissional; Libras.

* Doutor em Letras-Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Titular do Curso de Letras-Ingles/Português da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4873-564X>. Correio eletrônico: pedro.melo@uneal.edu.br.

**CONTEMPORARY REFLEXÕES AND CHALLENGES IN TEACHING TRAINING:
PERCEPTIONS OF ELEMENTARY SCHOOL TEACHERS IN PALMEIRA DOS ÍNDIOS
(AL) ABOUT THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE**

ABSTRACT

Since the beginning of the 21st century, Brazilian Sign Language (Libras) has acquired the status of language through Decree No. 5,626/2005, which regulates Federal Law n.º 10,436 of April 24, 2002, which understands it as a form of communication and expression, of a visual-motor nature, with its own grammatical structure, constituting a linguistic system for transmitting ideas and facts, originating from communities of deaf people in Brazil. However, this linguistic recognition still needs to be demonstrated in the school context of Basic Education, especially in Alagoas. In this sense, this text aims to analyze some perceptions of Elementary School teachers from a private school in the city of Palmeira dos Índios (AL) about Libras. As for the theoretical-methodological aspects, it is based on key authors such as Antonio and Kelman (2019), Gesser (2009), Godoi, Lima and Andrade (2016), Kendrick and Cruz (2020), Lima and Córdula (2017), Mantoan (2015), Quadros (1997, 2003, 2023), Rocha, Oliveira and Reis (2016) and Tavares and Nogueira (2023), among others, who study issues related to Libras and consist of descriptive exploratory research of a qualitative nature. As a result, it was evident that the teachers investigated demonstrated a mistaken linguistic-grammatical conception about Libras, showing deficient teacher training for special and inclusive education, even claiming to have had contact with this language of a visual-motor nature and with the deaf and /or with deaf culture.

2

Keywords: basic education; professional qualification; pounds.

**REFLEXIONES Y RETOS CONTEMPORÁNEOS EN LA FORMACIÓN DEL
PROFESORADO: PERCEPCIONES DE LOS PROFESORES DE ENSEÑANZA PRIMARIA
DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL) SOBRE LA LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA**

RESUMEN

Desde principios del siglo XXI, la Lengua de Señas Brasileña (Libras) adquirió el estatus de lengua mediante el Decreto n.º 5.626/2005, que regula la Ley Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que la entiende como una forma de comunicación y expresión, de naturaleza visual y

motora, con una estructura gramatical propia, que constituye un sistema lingüístico de transmisión de ideas y hechos, procedente de comunidades de personas sordas de Brasil. Sin embargo, este reconocimiento lingüístico aún debe ponerse de manifiesto en el contexto escolar de la educación básica, especialmente en Alagoas. En este sentido, este texto tiene como objetivo analizar algunas percepciones de los profesores de enseñanza primaria de una escuela privada de la ciudad de Palmeira dos Índios (Alagoas) sobre la Libras. En cuanto a los aspectos teórico-metodológicos, se basa en autores fundamentales como Antonio y Kelman (2019), Gesser (2009), Godoi, Lima y Andrade (2016), Kendrick y Cruz (2020), Lima y Córdula (2017), Mantoan (2015), Quadros (1997, 2003, 2023), Rocha, Oliveira y Reis (2016) y Tavares y Nogueira (2023), entre otros, que estudian cuestiones relacionadas con la Libras, y consiste en una investigación de tipo exploratorio descriptivo de naturaleza cualitativa. Como resultado, se evidenció que los profesores investigados mostraban una concepción lingüístico-gramatical errónea sobre la lengua de signos brasileña, lo que ponía de manifiesto una formación docente deficiente para la educación especial e inclusiva, a pesar de afirmar que habían tenido contacto con esta lengua de naturaleza visual-motora y con la comunidad sorda y/o la cultura sorda.

Palabras clave: educación básica; formación profesional; lengua de signos brasileña.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3

A educação no Brasil passa, constantemente, por muitos desafios que precisam ser enfrentados para que haja melhorias significativas no meio educacional. Mesmo reconhecendo que a Educação Especial e Inclusiva vem passando por avanços ao decorrer do tempo, ainda há muito o que se fazer para a divulgação e para o acesso ao ensino/aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (doravante Libras) para que de fato haja a efetiva inclusão na Educação Básica da pessoa e/ou comunidade surda.

Dessa forma, pesquisas sobre o uso, a prática e a formação docente no trato com a Libras no ambiente escolar são de suma importância, sobretudo quando falamos em inclusão no âmbito do Ensino Básico. Nessa direção, este Trabalho de Conclusão de Curso (doravante TCC), objetiva investigar como professores atuantes em uma escola privada da cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas, que lecionam no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) percebem o surdo e a Libras.

Como problematização deste estudo, levantamos o seguinte questionamento: considerando que a disciplina de Libras faz parte do currículo de um curso de licenciatura e,

portanto, deveria contribuir para a competência formativa de futuros professores, como docentes da educação básica, em especial atuantes no Ensino Fundamental em Palmeira dos Índios (AL), percebem a Língua Brasileira de Sinais?

Em relação à hipótese cerne desta pesquisa, inferimos que os docentes investigados não apresentarão conhecimentos linguístico-gramaticais pormenorizados sobre Língua (de Sinais) nem tão pouco sobre a Libras, como também acerca do ser surdo, a comunidade surda, identidade e cultura surda. Apesar de terem tido, provavelmente, contato com essas temáticas em suas formações acadêmicas, visto que a Libras foi inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, como preconiza a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que a regulamenta.

Quanto aos aspectos teóricos, este estudo está embasado nos pressupostos basilares de Antonio e Kelman (2019), Gesser (2009), Godoi, Lima e Andrade (2016), Kendrick e Cruz (2020), Lima e Córdula (2017), Mantoan (2015), Quadros (1997, 2003, 2023), Rocha, Oliveira e Reis (2016), e Tavares e Nogueira (2023), entre outros que estudam questões voltadas à Libras.

Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza, quanto aos objetivos, como um estudo do tipo exploratório, uma vez que se busca uma maior familiaridade com o problema, gerando mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas. E quanto à natureza, de abordagem qualitativa, uma vez que trabalhamos os dados, buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto.

Nesse sentido, este TCC, enquanto uma pesquisa de natureza qualitativa, apresenta características básicas com foco na interpretação, subjetividade com ênfase na perspectiva dos informantes, flexibilidade na conduta do estudo e maior interesse no processo e não no resultado.

4

2 AS RAÍZES DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: BREVE HISTÓRICO

O Brasil possui duas línguas oficiais, a língua portuguesa, nas modalidades oral e escrita, para o uso dos falantes-ouvintes e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o uso da comunidade de surdos.

A Libras é uma língua de modalidade espaço-visual ou gestual-visual, pois segundo Quadros (1997), utiliza o canal visual e o espaço e não o canal oral-auditivo como nas línguas orais. Ela é uma língua independente e oficial da comunidade surda brasileira que não tem sua

gênese nas línguas orais. A Libras “[...] não tem sua gênese nas línguas orais. Ela se caracteriza como autônoma (dissociando-se da língua majoritária/oral); evolui como parte de um grupo cultural singular quando em contato” (Antonio; Kelman, 2019, p. 95).

A Libras ganhou esse *status* por meio do Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que a entende como uma forma de comunicação e expressão, sendo reconhecida linguisticamente, pois possui uma estrutura completa com níveis pragmáticos, semânticos, sintáticos, morfológicos e fonológicos, o seu diferencial se dá por ser da modalidade gestual-visual.

Como já dito, a Libras tem na Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, o aparato legal que determina suas regras de difusão e institucionalização, em que seus elementos estruturais “[...] constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002, p. 1).

Quando pensamos na origem das Línguas de Sinais. de acordo com a história, não há registros que comprovem o início de sua utilização. Entretanto, sabe-se que por muito tempo elas foram marginalizadas, não eram aceitas pela sociedade, nem reconhecidas como meio de comunicação e expressão.

Na antiguidade, a ideia que a sociedade fazia sobre os surdos geralmente era negativa. Havia uma visão completamente errônea sobre os surdos e sua forma de comunicação, acreditava-se que eles – sujeito surdo – possuíam alguma deficiência mental pelo fato de não conseguirem se expressar oralmente e, por essa razão, eles eram excluídos de muitos direitos legais, sendo até condenados à morte. Silva (2020) vem ressaltar que

5

historicamente, o surdo foi figura marginalizada e vítima de preconceito, mas, nos últimos anos, uma série de medidas de inclusão têm sido realizadas no nosso país. A exclusão social dos surdos era um fato nas ditas civilizações clássicas, isto é, Grécia e Roma.

No contexto nacional, foi apenas em 1857, com a fundação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), no Rio de Janeiro (Brasil), que se deu o início oficial da educação dos surdos brasileiros. Atualmente o INSM foi renomeado e chama-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Após um percurso favorável à educação da comunidade surda, em 1911 o INSM apresenta um contexto desfavorável para a educação linguística do surdo quando passou a adotar apenas o método oralista nas disciplinas ofertadas e em 1957 foi proibida, oficialmente, a Língua de Sinais em sala de aula, ou seja, foi uma forma de excluir definitivamente os alunos surdos do âmbito educacional.

A criação do atual INES (antigo INSM) significou um grande avanço para a comunidade surda brasileira, pois mesmo com a proibição de utilizar a Libras, os surdos mostraram ser um grupo de resistência, não deixando que a sua língua morresse. Ainda assim, é evidente que tal proibição gerou grandes prejuízos para a língua, identidade e cultura surda.

Mesmo após o reconhecimento da Libras como língua oficial dos surdos, muitos desconhecem seus aspectos linguísticos, como as demais línguas oral-auditivas e acreditam que são apenas mímicas ou gestos reproduzidos como uma tentativa de manterem a comunicação. Mas, ao contrário do que muitos pensam, ao dominar a Libras, a comunidade surda é capaz de se expressar tão bem quanto um ouvinte. Vejamos:

1. primeiro que a língua de sinais não é baseada em gestos ou mímicas, trata-se de uma LÍNGUA natural, com léxico (léxico é todo o conjunto de palavras que as pessoas de uma determinada língua têm à sua disposição para expressar-se, oralmente ou por escrito) e gramática próprios;
2. segundo que cada comunidade de surdos desenvolveu a sua própria língua de sinais, tal como cada povo desenvolveu sua língua oral (Libras, 2017).

É relevante destacarmos que a principal distinção entre a língua (de sinais) e a língua portuguesa não é o fato de uma ser da modalidade gestual-visual e a outra oral-auditiva, mas em suas estruturas gramaticais. Diferente do que muitos acreditam, a Libras não é um sistema linguístico homogêneo e artificial, ela apresenta variedades semântico-lexicais, ou seja, os surdos não falam a mesma língua em qualquer parte do mundo ou em toda região de um país.

Nessa direção, Gesser (1971, p. 39) ressalta que

[...] dizer que todos os brasileiros falam o mesmo português é uma inverdade, na mesma proporção em que é inverdade dizer que todos os surdos usam a mesma LIBRAS. afirmar essa unidade é negar a variedade das línguas, quando de fato nenhuma língua é uniforme, homogênea.

Dito o exposto, percebemos que a comunidade surda passou por muitos percalços para conseguir que a Língua de Sinais chegasse a ser o que é hoje. No caso da Libras, a comunidade surda brasileira, como já destacado neste texto, tem o seu direito garantido por lei a estudar a Libras (Brasil, 2005), com isso, torna-se imprescindível que a criança surda tenha acesso a esse sistema linguístico de interação verbal o mais cedo possível, para que assim, tenha um bom estímulo e desenvolvimento no uso e pelo uso da Libras, que deveria ser, naturalmente, a primeira língua dos surdos.

No tocante ao desenvolvimento linguístico do surdo, ressaltamos que o problema não é a surdez, mas a falta de aprendizado e aquisição da Língua de Sinais e a não inclusão de forma efetiva de sua língua, identidade e cultura surda na sociedade e no cotidiano escolar.

Desse modo, Gesser (1971, p. 76) vem afirmar que “o surdo pode e desenvolve suas habilidades cognitivas e linguísticas (se não tiver outro impedimento) ao lhe ser assegurado o uso da língua de sinais em todos os âmbitos sociais em que transita”, ou seja, a falta de inclusão acarreta grandes consequências em vários âmbitos da vida dos surdos, tanto no campo intelectual, como no social e emocional.

3 O ENSINO DA LÍNGUA DE SINAIS NA COMUNIDADE SURDA

A educação é um direito de todos, que deve possibilitar o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos. Nesse sentido, faz-se necessário que a escola esteja apta para oferecer um sistema de ensino que assegure a inclusão de todos os alunos, pois a educação inclusiva permite que o estudante se desenvolva como parte integrante da sociedade, ao mesmo tempo em que atende as demandas das particularidades de cada um.

Doravante, no que diz respeito ao ensino da língua de sinais, é primordial que haja uma educação inclusiva desde o princípio da formação das crianças surdas, para que estas consigam obter um desenvolvimento de forma adequada, obtendo uma boa aprendizagem. Possibilitar a igualdade de oportunidade fará com que seja constituído um processo único de aprendizagem, de forma que não haja discriminação entre os alunos, seguindo o que consta na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5.^º, que assegura que “todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”.

No Brasil, foi a partir da década de 1990 que a Libras toma a devida relevância, talvez pela influência dos movimentos mundiais ligados à causa educacional. Nesse particular, Tavares e Nogueira (2023) exemplificam-nos essa trajetória da seguinte maneira: a Declaração de Jontiem (1990), com o lema basilar de que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” (Unesco, 1990, p. 3), unindo-se posteriormente à Declaração de Salamanca (1994), que “[...] demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional” (Unesco, 1994, p. 1). Com efeito, a Libras passa a ser a língua oficial dos surdos no Brasil, sendo a Língua Portuguesa a segunda língua, utilizada na escrita.

Diante desse contexto, é determinado pelo Decreto n.^º 5.626/05 (Brasil, 2005, Art. 22) que

as instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de:

I. Escolas e classes de educação bilingue abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II. Escolas bilíngues ou escolas comuns regulares de ensino abertas a alunos surdos e ouvintes para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação Profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (Brasil, 2005, Art. 22).

Os surdos lutam diariamente pelos seus direitos, para que haja a inclusão desse grupo tanto na sociedade como nas escolas, por isso a regulamentação de leis reconhecendo a Libras e os direitos da comunidade surda brasileira é tão importante para a contribuição e garantia da inclusão dessa comunidade.

No campo da educação de surdos, segundo Kendrick e Cruz (2020, p. 572), “com suas contendas internas, [a educação do sujeito surdo] tem se apresentado, à primeira vista, polarizado em duas vertentes historicamente construídas, a saber: perspectiva clínico-terapêutica e perspectiva socioantropológica”. A partir dessa perspectiva diacrônica, há uma diferença conceitual entre a pessoa surda e a pessoa com deficiência auditiva. Esses dois termos são utilizados no campo da surdez; entretanto, o termo surdo é usado dentro da comunidade surda (visão socioantropológica). Já o termo pessoa com deficiência auditiva é mais utilizado especificamente no âmbito clínico (visão clínico-terapêutica), por profissionais da área da saúde, e foca apenas na condição física da perda auditiva.

8

É importa dizer que, ao utilizar o termo surdo, estamos cientes de suas capacidades cognitivas, linguísticas e, o mais importante, reconhecemos sua identidade surda quando o sujeito surdo (ser surdo) vive e se desenvolve em comunidade a partir de experiências visuais. Com isso, é perceptível que o processo de inclusão vem crescendo ao longo desses anos, mas ainda assim existe um grande déficit no que diz respeito à educação para estes, pois apesar dos direitos adquiridos, na prática ainda há muito o que se fazer.

Torna-se imprescindível que os alunos surdos, ao serem incluídos no contexto escolar, tenham acesso a um ensino que respeite a sua língua, no entanto, apesar dos avanços significativos para que haja essa inclusão, as instituições de ensino apresentam muitas precariedades que ficam evidentes no momento de inserção dos alunos surdos no universo ouvinte, tornando-se difícil a comunicação com a língua de sinais.

Não obstante, são muitos os problemas que as escolas enfrentam para que de fato haja uma inclusão que considere todas as necessidades dos alunos surdos. Nesse contexto, a prática docente, sem dúvidas, é um grande desafio, pois muitos profissionais da educação não possuem o conhecimento necessário para lidar com as singularidades e necessidades de ensino e aprendizagem que esses aprendizes necessitam.

Dessa forma, vê-se a necessidade da formação continuada dos professores, para que estes consigam desenvolver uma prática de ensino e aprendizagem que venha de fato incluir esses alunos, respeitando a sua língua e as suas necessidades. Mantoan (2015, p. 81) ressalta que “[...] formar o professor na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino em todos os níveis”, ou seja, ao ampliarem a sua formação pedagógica, esses profissionais conseguirão desenvolver novas competências a respeito das práticas de inclusão, oferecendo um ensino de qualidade aos alunos surdos.

É perceptível observarmos que, na maioria das vezes, alguns dos currículos apresentam uma pequena quantidade de conteúdos para o ensino da Língua Brasileira de Sinais e consistem apenas de listagens de tópicos que passam pelo profissional docente. Nesse contexto, para haver inclusão na educação dos surdos, a escola precisa flexibilizar o seu currículo e incluir o ensino da Libras nele, além de buscar e compreender o contexto educacional em que a comunidade surda está inserida, conhecendo as dificuldades presentes, para assim, tornar o currículo mais acessível e significativo.

A escola, como instituição social inclusiva e responsável pela educação, deve desenvolver estratégias que promovam a aprendizagem dos alunos surdos. Em alguns momentos, por falta de conhecimento por parte de alguns, as crianças surdas brasileiras não adquirem a Libras em tempo hábil, isto é, a partir dos primeiros meses de nascidos, e chegam às escolas sem língua construída, fazendo uso apenas de gestos naturais. Esta realidade interfere muito no desenvolvimento infantil (Quadros, 2012).

Nesse particular, de acordo com os docentes de Gesser (1971, p. 79),

9

há uma distância enorme entre o dizer e o fazer. Por tanto tempo se fala nas implicações positivas do uso de língua de sinais na escolarização do surdo e, ainda assim, há resistência quando a essa questão, ora por falta de espaços, oportunidades e apoio para os educadores ouvintes se aperfeiçoarem na sua proficiência linguística, pra por se perpetuarem visões preconceituosas sobre a língua de sinais e posturas paternalistas na relação com os surdos.

Dito isso, a escola deve flexibilizar metodologias que contribuam, de maneira significativa, no ensino aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, ampliando os espaços conquistados no processo educativo, preparando o ambiente e otimizando o espaço com recursos e materiais, promovendo assim uma política de melhoria na educação inclusiva.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo IBGE 2010), há um percentual de 10 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Nesse particular, dentro desse universo observamos uma grande diversidade, há surdos, por exemplo, que se comunicam em Libras, já outros nascem surdos e com o passar do tempo aprendem a língua oral. Além disso, é notório uma ocorrência permanente de bilíngues e aqueles indivíduos que perderam a audição ao longo da vida.

Doravante, é comum ouvirmos a expressão surdo mudo, no entanto, não existe esta figura, uma vez que os surdos, sejam eles oralizados ou sinalizados, têm capacidade de comunicação e não podem ser considerados mudos. Nesta perspectiva, os indivíduos que perderam a audição depois de aprenderem a Língua Portuguesa, acomodam-se melhor em escolas regulares, assim, irão precisar do auxílio da tecnologia, como aparelhos auditivos, implante cocleares e radiotransmissores para professores. Logo, o surdo que se alfabetizou em Libras, tem uma identidade e cultura própria e estes possuem a Língua Portuguesa como uma segunda língua em escolas bilíngues.

10

4 PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A LIBRAS E A COMUNIDADES SURDA

Nesta terceira seção, iremos apresentar a análise e a discussão dos dados constitutivos do *corpus* da pesquisa por meio de uma abordagem de natureza qualitativa. Dessa forma, buscaremos interpretar as respostas dos dez professores-colaboradores na tentativa de evidenciarmos possíveis conhecimentos linguístico-gramaticais sobre a Libras, como também algumas concepções, compreensões, intuições dos entrevistados sobre língua, comunidade surda, identidade e cultura surda.

Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta dos dados e a constituição do *corpus*, utilizamos a entrevista e o questionário.

Quanto à entrevista, foram entrevistados dez docentes-colaboradores, de uma escola da esfera privada, localizada na cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas, durante o período de agosto de 2023 a setembro de 2023. O critério adotado para a escolha desses dez participantes

foi que todos os professores estivessem, no momento da pesquisa, lecionando no Ensino Fundamental.

Quanto ao questionário, utilizamos um formulário impresso para guiar as entrevistas, ele foi composto por um conjunto de sete questões relacionadas à temática deste estudo. Todas as respostas foram colhidas de forma manuscrita e tabuladas em quadros para, posteriormente, serem analisadas e interpretadas.

O Quadro 1, a seguir, traz os agentes participantes desta pesquisa e algumas informações como sexo, formação acadêmica e atuação pedagógica. Essas informações são necessárias para conhecermos os agentes, suas formações, suas titulações, seus vínculos profissionais e disciplinas que atuam. São informações preliminares que contribuem para pensarmos em que realidade cada professor constrói sua identidade professoral e de que lugar sua voz parte nas entrevistas.

Quadro 1 – Dados gerais sobre os professores-colaboradores da pesquisa

DADOS DOS PARTICIPANTES			
PROFESSOR/A	SEXO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TURMA QUE LECIONA
CELESTINA ¹	Fem.	Graduada em Pedagogia	2.º ano – anos iniciais
FEDRA	Fem.	Graduada em Ciências Biológicas	6.º ano – anos finais
ADÁLIA	Fem.	Graduada em Geografia	6.º ano – anos finais
MADALENA	Fem.	Graduada em Pedagogia.	1.º ano – anos iniciais
VALENTINA	Fem.	Graduada em Letras Inglês e suas respectivas literaturas	6.º ano – anos finais
MARTINA	Fem.	Graduada em Pedagogia	3.º ano – anos iniciais
AURORA	Fem.	Graduada em Pedagogia	5.º ano – anos iniciais
MARIA	Fem.	Graduada em História	6.º ano – anos finais
DANTE	Masc.	Graduado em Matemática	6.º ano – anos finais
ISLA	Fem.	Graduada em Pedagogia	4.º ano – anos iniciais

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1 Um olhar qualitativo para o *corpus*

De início, é necessário pontuarmos o espaço investigado, trata-se de uma escola da esfera privada, localizada no município de Palmeira dos Índios (AL), zona urbana. A referida instituição de ensino atende alunos da educação infantil ao ensino fundamental, anos finais.

¹ Os nomes dos professores-participantes da pesquisa apresentados no Quadro 1 são fictícios para preservar suas identidades.

Nesta abordagem qualitativa, utilizamos do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes identificadas nas respostas dos professores-colaboradores, o que corresponde a um espaço mais profundo das percepções, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

4.1.1 Comando 1 do questionário da entrevista

Quadro 2 – Respostas para o comando 1 dos professores-colaboradores

COMANDO 1: Você já teve algum contato com alguma língua de sinais ou com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com a comunidade surda e/ou com a cultura surda?	
Professor/a	Respostas
CELESTINA	Através do curso de pedagogia, do magistério e com uma prima que é surda e sabe se comunicar usando LIBRAS, no início foi difícil para mim, depois fui começando a entender o significado do que ela queria dizer.
FEDRA	O meu contato com a LIBRAS foi durante a disciplina que cursei na faculdade.
ADÁLIA	Em alguns encontros de formação.
MADALENA	Tive experiência no 4º período de filosofia, pouco tempo e limitado.
VALENTINA	Tenho um primo surdo-mudo.
MARTINA	Na igreja em que frequento tem um grupo que realiza a mesma reunião em língua de sinais.
AURORA	No meu ensino fundamental.
MARIA	Ainda não tive a oportunidade de lecionar com surdo.
DANTE	Sim, tive a oportunidade de estudar com um professor surdo.
ISLA	Não, mas é muito importante ter o contato e o conhecimento com o novo. Pois muitas pessoas da sociedade necessitam de pessoas capacitadas para ajudá-las.

Fonte: elaborado pelo autor.

Após a análise das respostas apresentadas no Quadro 2, observamos que a maioria dos entrevistados destacaram que, em algum momento de suas vidas acadêmicas ou pessoais, tiveram contato com alguma língua de sinais ou com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Todavia, não relataram, especificamente, contatos com a comunidade surda e/ou com a cultura surda.

No entanto, mesmo apresentando respostas de forma positiva em relação ao contato linguístico com a temática proposta, eles responderam de modo vago, apenas confirmando de forma breve que já tiveram contato, sem detalhar suas experiências de interação, ensino ou aprendizagem com a Libras, como podemos notar na resposta do professor Dante: “*sim, tive a oportunidade de estudar com um professor surdo*”, a professora Adália também relata de forma sucinta que teve contato “*em alguns encontros de formação*”, com tais respostas, podemos inferir que as vivências que eles tiveram foram limitadas. Por outro lado, os resultados positivos, quanto ao contato com a Libras, podem evidenciar de alguma forma um

avanço ao acesso a Libras, propiciando subsídios ao professor em sua formação inicial e/ou continuada.

Neste primeiro comando, é importante considerar a questão do marco legal que introduz obrigatoriamente a Libras na formação docente, ou seja, a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 que determina a Libras como um componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores.

Essa diretriz, que não facilita aos cursos de formação de professores a opção de não ofertar a referida disciplina em suas matrizes curriculares, possivelmente, oportunizou o contato com a Libras e algumas temáticas linguísticas concernentes a ela para aqueles que mencionaram que cursaram tal disciplina em suas graduações.

Todavia, é preocupante a falta de alusão a experiências referentes à comunidade surda e/ou à cultura surda, tendo em vista que o contato com os usuários nativos da Língua Brasileira de Sinais é primordial para que haja desenvolvimento da linguagem, promovendo uma melhor compreensão da estrutura da Libras. A interação direta com a comunidade surda viabiliza um aprofundamento cultural, oportunizando uma evolução na utilização dessa língua, compreendendo os aspectos históricos e as necessidades dos surdos.

Por outro lado, é perceptível que o reconhecimento da Libras como língua e sua obrigatoriedade como disciplina curricular nos cursos de formação de professores foi um grande avanço, pois permite que os futuros profissionais da educação tenham acesso a esse sistema linguístico, no entanto, essas conquistas precisam ser retratadas em ações para que de fato haja a difusão e uso da Libras no contexto escolar, garantindo os direitos de comunicação e a escolarização da comunidade surda em uma perspectiva, realmente, inclusiva.

13

4.1.2 Comando 2 do questionário da entrevista

Quadro 3 – Respostas para o comando 2 dos professores-colaboradores

COMANDO 2: <i>Você acredita que a LIBRAS é uma língua universal ou que cada país utiliza uma língua de sinais diferente, que pode ou não coincidir com a língua de sinais de outro país?</i>	
Professor/a	Respostas
CELESTINA	Não é uma língua universal, mas acredito que algumas coisas devem ter algum significado igual ou semelhante.
FEDRA	A LIBRAS é uma língua universal, podendo ser encontrada em qualquer lugar. O que pode mudar é apenas a forma de se referir, LIBRAS ou Língua de Sinais, ou alguns sinais.
ADÁLIA	Creio que cada país apresenta ou deve apresentar aspectos diferentes.
MADALENA	Acho que cada país utiliza uma língua de sinais diferente.
VALENTINA	LIBRAS é a língua brasileira de sinais, mas acredito que haja sinais que coincidem.

continua

Quadro 3 – Respostas para o comando 2 dos professores-colaboradores

Conclusão

COMANDO 2: <i>Você acredita que a LIBRAS é uma língua universal ou que cada país utiliza uma língua de sinais diferente, que pode ou não coincidir com a língua de sinais de outro país?</i>	
Professor/a	Respostas
MARTINA	Cada país possui uma cultura diferente e consequentemente a língua de sinais utiliza sinais diferentes.
AURORA	Sim, as regras da linguagem.
MARIA	Não, pois cada país, cada cultura tem sua própria língua e que LIBRAS é uma língua em construção.
DANTE	Cada país usa a sua língua de sinais.
ISLA	Cada país possui uma linguagem diferente, seguindo a gramática da mesma.

Fonte: elaborado pelo autor.

Após a análise das opiniões dos participantes entrevistados apresentadas no Quadro 3, observamos que a maioria dos professores entrevistados responderam corretamente à questão proposta, visto que as línguas de sinais existentes pelo mundo não são universais, cada país utiliza uma diferente, que pode ou não coincidir, em algum aspecto, com a língua de sinais de outro país.

Neste segundo comando, é importante considerar a questão da variação e mudança linguística - um fenômeno linguístico universal. Sendo assim, não seria diferente em Libras, uma vez que estamos falando de uma língua usada por uma comunidade que apresenta suas próprias nuances, podendo ser influenciadas por diversos fatores como origem étnica, tradições e experiências de vida, expondo diferentes sinais para se referir a conceitos semelhantes.

Por outro lado, observamos que 2 dos professores alegaram que a Libras é uma língua universal, desse modo, inferimos que, nesse contexto, o sistema educacional de formação inicial e/ou continuada de professores ainda apresenta falhas, o que prejudica diretamente os surdos. Esse não reconhecimento, por parte de 2 professores, de possíveis línguas de sinais diferentes é preocupante, dessa forma, é pertinente destacar a importância de implementar o que a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 estabelece, enriquecendo a formação docente, para que assim eles se mantenham atualizados sobre as variações que a Libras apresenta.

4.1.3 Comando 3 do questionário da entrevista

Quadro 4 – Respostas para o comando 3 dos professores-colaboradores

COMANDO 3: <i>Você acredita que as línguas de sinais são apenas gestos ou mímicas e que copiam as palavras e expressões da língua oral-auditiva. Logo, a LIBRAS busca imitar a língua portuguesa?</i>	
Professor/a	Respostas
CELESTINA	Não são apenas gestos, tem uma gramática por trás de cada sinal.
FEDRA	Não são apenas gestos, a língua brasileira de sinais tem um sistema próprio para se comunicar, além desses gestos, a expressão facial e gestual contam muito.
ADÁLIA	A língua de sinais não tenta imitar ao “pé da letra” a língua portuguesa, ambas podem ser distintas.
MADALENA	Não, é a sua linguagem própria.
VALENTINA	Não, acredito que não sejam gestos ou imitações, mas sinais que representam palavras ou expressões para a comunicação e inclusão.
MARTINA	Não, a língua de sinais é uma forma dos surdos se expressarem.
AURORA	Não, cada língua tem suas regularidades e forma para ser compreendida.
MARIA	Não, pois a língua de sinais trata-se de uma língua natural, com léxico e gramática própria.
DANTE	Não, acredito que a LIBRAS busca trazer um gesto que mais se pareça com o contexto em questão.
ISLA	Não, a língua de sinais é nada mais que a comunicação em libras expressadas pelas pessoas surdas.

Fonte: elaborado pelo autor.

15

Ao contemplarmos as respostas do terceiro comando, notamos que todos os professores-colaboradores responderam de forma aproximada ao terceiro comando, argumentando que acreditam que uma Língua de Sinais não diz respeito apenas a gestos ou a mímicas como forma de imitar uma língua oral ou, no caso da Libras ser uma imitação da Língua Portuguesa.

Eles argumentaram que esses sistemas linguísticos devem ter as suas próprias regularidades e gramática própria. Por exemplo, a professora Maria afirmou em sua resposta que “*não, pois a língua de sinais trata-se de uma língua natural, com léxico e gramática própria*”.

Interessante percebermos que os docentes demonstraram o entendimento de que a Libras tem suas próprias regularidades, porém se faz mister ressaltarmos que eles não mencionaram que essa língua reflete a diversidade e a dinamicidade das sociedades humanas.

No entanto, sabemos que as línguas, em geral, não apresentam apenas regularidades. Elas apresentam incompletude, irregularidades, variações etc. A Libras, compreendida como

uma língua natural, também apresenta tais fenômenos. Por exemplo, dependendo da região do Brasil, determinado sinal pode apresentar variação linguística.

Ainda considerando as respostas do Quadro 3, como ponto positivo podemos inferir que, mesmo a Libras sendo uma língua natural gesto-visual, os professores fizeram a associação de que não se trata apenas de gestos, mas de algo que apresenta complexidade linguística (entendimento marcado nas narrativas, por exemplo, com as expressões “com léxico e gramática”; “regularidades”; “um sistema próprio para se comunicar” etc.).

É importante ressaltarmos que, mesmo após o reconhecimento do *status* linguístico da Libras como língua oficial da pessoa surda (em especial, depois da Lei n.º 10.436/2002 e do Decreto n.º 5.626/2005 que a regulamenta), grande parte da sociedade ainda não possui uma percepção linguística de que essa língua não se trata apenas de gestos ou mímicas, mas de uma língua natural que a comunidade de surdos adquiriu, ou seja, o surdo fala com as mãos.

4.1.4 Comando 4 do questionário da entrevista

Quadro 5 – Respostas para o comando 4 dos professores-colaboradores

COMANDO 4: <i>Na sua percepção, a LIBRAS é uma língua completa a qual possui gramática e estrutura linguística igual a outras línguas orais?</i>	
Professor/a	Respostas
CELESTINA	Sim. Não sei explicar muito bem, mas sei que tem sua gramática e estruturas sim, como a oral.
FEDRA	Sim, foi algo que eu não sabia, mas aprendi durante a disciplina que cursei, que existe uma história na construção gramatical para facilitar o entendimento e o aprendizado.
ADÁLIA	Não, creio que ela apresenta técnicas na tentativa da comunicação e não uma gramática complexa.
MADALENA	Acho que não, apenas o alfabeto.
VALENTINA	Sim, na minha percepção toda língua que comunica, que atinge a interação de forma compreensível é completa.
MARTINA	Sim, possui estrutura gramatical.
AURORA	Sim, pois é uma linguagem e tem a gramática para acompanhar a língua portuguesa.
MARIA	Sim, a LIBRAS possui estrutura gramatical própria, portanto é uma língua. O ato de se comunicar através da LIBRAS é fazer o uso da linguagem.
DANTE	Não, pois é uma linguagem visual.
ISLA	Não, a língua de sinais (LIBRAS) possui características diferentes das outras línguas.

Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar de alguns equívocos nas respostas, por exemplo, ainda responder que a Libras é linguagem e não uma língua² (presente na resposta de Aurora, maria e Dante), é apenas um alfabeto (presente na resposta de Madalena, provavelmente ela estava se referindo à datilologia³).

As respostas obtidas nesse quarto comando sinalizaram que a maior parte dos informantes apresentaram respostas minimamente adequada em relação à percepção deles sobre a Libras ser a língua usada para a comunicação e expressão e que apresenta um sistema linguístico completo. Nas palavras da docente Maria: “*sim, a LIBRAS possui estrutura gramatical própria, portanto é uma língua. O ato de se comunicar através da LIBRAS é fazer o uso da linguagem*”.

Ainda, conforme as respostas apresentadas no Quadro 5, referente ao comando 4, observamos que 4 dos professores responderam de forma negativa ao questionamento realizado, como destaque temos Adália que respondeu da seguinte forma: “*não, creio que ela apresenta técnicas na tentativa da comunicação e não uma gramática complexa*”, ainda, seguindo essa mesma linha, a colaboradora Isla argumenta que “*não, a língua de sinais (LIBRAS) possui características diferentes das outras línguas*”. Logo, entendemos que para este grupo, a Libras, por não ser uma língua oral, não apresenta léxico e nem gramática própria, diferindo-se das demais línguas, sendo assim, uma forma de comunicação ineficaz, que apresenta características diferentes, sendo apenas uma forma gestual dos surdos tentarem alcançar a comunicação.

Acreditar que as línguas de sinais, dentre elas a Libras, são apenas um combinado de gestos que facilitam a comunicação dos surdos, implica acreditar que há o entendimento da Libras como uma língua estritamente icônica, concreta, sem possibilidade de relações abstratas, nem detentora de arbitrariedade, isto é, como gestos ou simplesmente códigos descontextualizados.

Nesse particular, recorreremos a Honora e Frizanco (2009, p. 14 *apud* Antonio; Kelman, 2019, p. 96), que nos explica a relação de iconicidade e arbitrariedade em Libras da seguinte maneira:

² Compreendemos, neste estudo, língua como um sistema estruturado de signos linguísticos, que são organizados por meio de normativas gramaticais específicas e compartilhados por um determinado grupo, funcionando como um artefato cultural que reflete e molda a identidade de uma comunidade linguística, ou seja, ela pode apresentar variação dependendo da região, do grupo social e de outros elementos. Já a linguagem, por sua vez, como o ato intrínseco de interação comunicativa, implicando na habilidade de transmitir mensagens, logo, a comunicação pode ser realizada com objetivos diferentes.

³ A comunicação através de sinais feitos com os dedos, p.ex., o alfabeto manual de surdos-mudos; quirologia.

a Libras se apresenta tanto na iconicidade quanto na arbitrariedade, ou seja, quando apresenta uma característica real de um fato, dizemos que é icônica, se bem que a maioria dos sinais sejam arbitrários, isto é, não mantêm relação de semelhança com seu referente.

Além disso, essa concepção equivocada sobre a Língua (de Sinais) implica também a compreensão de que a Libras não apresenta complexidades linguísticas e pragmáticas como as demais línguas orais. Isso é um grande engano, pois, como corroboram Pereira e Vieira (2009), a língua de sinais é natural e completa, composta por diferentes níveis linguísticos, com estruturas gramaticais próprias.

4.1.5 Comando 5 do questionário da entrevista

Quadro 6 – Respostas para o comando 5 dos professores-colaboradores

COMANDO 5: <i>Na sua percepção, a LIBRAS sofre influências culturais com o passar dos anos e, como qualquer outra língua, possui expressões (sinais) que diferem de acordo com a localidade (regionalismos). Sendo assim, ao conversar com um surdo de outra região do país, ele poderá usar sinais diferentes do que você aprendeu, pois, cada local cria suas próprias palavras e gírias?</i>	Respostas
CELESTINA	Sim. Tenho contato com uma pessoa que é surda e ela estudou e sabe se comunicar com a Libras, mas com as pessoas que não entendem Libras ela tem outros gestos para poder se comunicar.
FEDRA	Sim, acredito que alguns sinais podem ser diferentes, dependendo da região/localidade. Assim como toda língua sofre influências culturais, com a LIBRAS acho que não é diferente.
ADÁLIA	Sim. Creio que cada região apresenta uma cultura diferente e por isso ela não é totalmente fixa.
MADALENA	Sim. Cada país possui sua própria língua, diferenciando assim suas expressões.
VALENTINA	Sim. Acredito que seja uma linguagem viva, assim como a língua portuguesa falada e escrita, portanto sofre variações.
MARTINA	Sim. A língua é influenciada pela cultura, os sinais mudam de acordo com a região.
AURORA	Sim. Será difícil a compreensão.
MARIA	Sim, pois os surdos podem criar sinais diferentes para identificar lugares, objetos e conceitos.
DANTE	Sim. Alguns sinais são diferentes em cada região.
ISLA	Não, acredito que a língua de sinais é a mesma utilizada em uma mesma região.

Fonte: elaborado pelo autor.

18

De acordo com o resultado apresentado no Quadro 6, analisamos que 9 dos docentes entrevistados responderam à pergunta de forma minimamente apropriada, pois acreditam que, assim como toda língua, a Libras sofre influências culturais, apresentando variações de acordo com a região em que se encontra.

A resposta da professora Fedra exemplifica essa percepção quando ela argumenta que “sim, credito que alguns sinais podem ser diferentes, dependendo da região/localidade.

Assim como toda língua sofre influências culturais, com a LIBRAS acho que não é diferente”. Essa assertiva provoca-nos a pensar que a referida professora possui o entendido de que a comunidade surda é vasta e que o fato de não verbalizarem oralmente, não implica na ausência de variação linguística.

Como demonstra o Quadro 6, apenas uma informante respondeu ao questionamento de forma equivocada, a professora Isla argumenta que “*não, acredito que a língua de sinais é a mesma utilizada em uma mesma região*”, daí podemos inferir o distanciamento na percepção da citada professora entre a língua portuguesa falada no Brasil e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) quanto ao *status* de línguas naturais.

Com isso, pontuamos que para referida professora, a Libras não apresenta variação de acordo com o local em que é usada, apresentando-se fixa com a mesma forma de uso em qualquer região. Ou seja, ela não levou em consideração que, a libras por se tratar de uma língua viva também apresenta inovações, apresentando variação linguística, assim como ocorre no português ou em outras línguas.

4.1.6 Comando 6 do questionário da entrevista

Quadro 7 – Respostas para o comando 6 dos professores-colaboradores

19

COMANDO 6: Você tem algum conhecimento sobre a Lei n.º 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no Brasil e sobre o Decreto nº 5.626/2005 que a regulamenta?	
Professor/a	Respostas
CELESTINA	Sim, tive conhecimento sobre essas leis, mas não me aprofundei nelas.
FEDRA	Já tive contato com a lei, o decreto, onde tomei conhecimento da sua importância para a comunidade surda, depois das muitas dificuldades e desafios enfrentados.
ADÁLIA	Não, pois deveria ser trabalhado sobre esse tema de forma mais complexa nas escolas.
MADALENA	Não sabia.
VALENTINA	Não, nunca procurei conhecer a lei, algo que preciso fazer.
MARTINA	Não tenho conhecimento sobre a área.
AURORA	Sim. É uma forma de se comunicar, e é importante para inclusão social.
MARIA	Sim. Que esta lei reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão dos surdos.
DANTE	Nunca ouvi falar.
ISLA	Não. É importante estar por dentro das leis.

Fonte: elaborado pelo autor.

Com as respostas obtidas no sexto comando, observamos, mais uma vez, um conhecimento limitado das normas jurídicas acerca da Língua Brasileira de Sinais. Essa situação é preocupante, uma vez que estamos falando de licenciados graduados em cursos de formação de professores.

Esse resultado negativo, no sentido do não conhecimento das normas legais que regem a inclusão da Libras no contexto educacional, se sobressaiu nas respostas apresentadas no Quadro 6. Daí questionamos, como exigir direitos se não os conhecemos? Dessa forma, podemos observar que tal decorrência é reflexo de uma formação defasada, além da falta de interesse dos docentes em se atualizarem, havendo assim, uma distância entre o que eles sabem e o que deveriam saber. É crucial desenvolver uma consciência crítica e uma compreensão profunda dos direitos fundamentais, entendendo que, em um contexto social, o conhecimento dessa legislação é essencial para a promoção da inclusão e da igualdade de direitos das pessoas surdas.

É um fator preocupante esse desconhecimento, pois esses professores deveriam ter tido contato com esses marcos legais e outros ao decorrer da formação acadêmica e/ou durante a formação continuada. O docente Dante relata “*nunca ouvi falar*”. Já a Valentina destaca que “*não, nunca procurei conhecer a lei, algo que preciso fazer*”. Como assim, que formação é essa?

Cumpre ressaltar que há anos a comunidade surda vem lutando pelos seus direitos e, sem dúvidas, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua foi um marco muito importante para contribuir e garantir a inclusão dessa comunidade, de sua língua, identidade e cultura, assegurando os direitos adquiridos. Com efeito, é fator *sine qua non* que os profissionais da educação tenham um conhecimento mínimo sobre a Lei n.º 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no Brasil e sobre o Decreto n.º 5.626/2005 que a regulamenta, entre outras normais legais referentes à Educação especial e promover cada vez mais a inclusão.

4.1.7 Comando 7 do questionário da entrevista

Quadro 8 – respostas para o comando 7 dos professores-colaboradores

Professor/a	Respostas
CELESTINA	Concordo. É uma forma de não haver uma rejeição contra a comunidade surda e promover cada vez mais a inclusão.
FEDRA	Concordo. LIBRAS é a segunda língua oficial do Brasil, sendo nada mais justo e necessário que as pessoas que são ouvintes possam aprender essa segunda língua para poder se comunicar de forma efetiva com as pessoas da comunidade surda.
ADÁLIA	Concordo. A educação é um direito de todos e com essa lei, a inclusão do ensino de LIBRAS poderá ser mais intensificada e contribuirá de maneira significativa para uma educação de qualidade.
MADALENA	Concordo. Deveria ser incluído na rede privada também.
VALENTINA	Concordo. Acredito que todos precisam ter acesso a LIBRAS.
MARTINA	Concordo. Todas as pessoas deveriam ter a oportunidade de conhecer e aprender a se comunicar com a língua de sinais.
AURORA	Concordo. Para que o aluno seja acolhido pela turma e surgir uma boa comunicação.
MARIA	Concordo. Muito boa e necessária, pois assim as pessoas que necessitam desse suporte irão se beneficiar muito.
DANTE	Concordo. Facilitaria muito a comunicação para os surdos.
ISLA	Concordo. É de suma importância incluir a disciplina para agregar no conhecimento e incluir os alunos.

Fonte: elaborado pelo autor.

21

Com o exposto no Quadro 8, evidenciamos que todos entrevistados se posicionaram de forma favorável em relação ao Projeto Lei n.º 459/21, que autoriza a inclusão do ensino da Libras como disciplina curricular no Ensino Fundamental para estudantes surdos e ouvintes matriculados na rede municipal de São José dos Campos. Logo, identificamos que os participantes reconhecem a importância da disciplina de Libras na escola do Ensino Básico.

É importante dizer que nas respostas obtidas não se materializaram singularidades da realidade local dos entrevistados, como também não foram citadas possíveis problemáticas em relação a implementação do projeto proposto em suas realidades profissionais, em especial em sua formação docente. Acreditamos que tais respostas foram influenciadas pelos mitos e pela ideia simplista do senso comum que são dados à Libras como força de expressão, meio de comunicação de fácil aprendizagem, entre outras.

Na verdade, tais respostas já eram esperadas, tendo em vista que a referida iniciativa, em uma análise superficial, seria muito benéfica para a comunidade surda, pois poderia

contribuir, a longo ou a médio prazo, para promover a inclusão e o acesso à Língua Brasileira de Sinais não só para os surdos como também para os ouvintes, sendo uma forma de evidenciar ainda mais a Libras no contexto educacional, além de tornar o currículo mais significativo e acessível.

Porém, é relevante entendermos que a inclusão do ser surdo, de sua língua, identidade e cultura no ambiente escolar regular vai além do ensino do léxico da Libras, há a necessidade, por parte da comunidade escolar, de um melhor entendimento sobre questões ligadas às noções de bilinguismo, biculturalismo de surdos, traços culturais, históricos e educacionais no ensino de Língua de Sinais.

Por essa razão, faz-se necessário destacar alguns aspectos negativos em relação a essa implementação sem as devidas condições de preparo dos profissionais e da infraestrutura, como a inadequação pedagógica que, pela falta de formação específica dos docentes para o ensino da Libras, pode acarretar em uma barreira para a aprendizagem e a ausência de recursos didático-pedagógicos apropriados que pode prejudicar o desenvolvimento dos alunos surdos, comprometendo seu acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, violando os direitos educacionais.

É pertinente destacar que avanços significativos ocorreram para que haja a inclusão dos surdos tanto na sociedade como no âmbito escolar, no entanto, é evidente que apesar dessa conquista, é preciso que os direitos adquiridos sejam traduzidos em ações para que de fato se inclua a comunidade e cultura surda nesses espaços de ensino/aprendizagem. Desse modo, o Projeto de Lei n.º 459/21 é um exemplo das ações que podem ser tomadas, como afirma Quadros (2003, p. 85), “[...] a educação deveria estar calcada em um plano que atenda de fato as diferenças no contexto brasileiro: diferenças sociais, políticas, linguísticas e culturais”.

22

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos surdos, de sua língua e de sua cultura é marcada por um caminho repleto de dificuldades, pois, por muito tempo, o ser surdo foi discriminado, colocado à margem da sociedade. No entanto, a comunidade surda sobreviveu a esses percalços, superando e resistindo, mostrando a importância da sua língua e da sua cultura, como também conquistando, ao longo desse processo, o *status* linguístico da Língua Brasileira de Sinais e alguns marcos legais que amparam os direitos dos surdos.

Porém, ainda há muito a se conquistar em termos de garantia plena de seus direitos e acesso a uma educação de qualidade, tendo em vista que um dos principais desafios ainda enfrentados pela comunidade surda é a falta de reconhecimento e respeito pela sua língua e cultura, por parte da sociedade, assim como a falta de profissionais capacitados para trabalhar com a Língua de Sinais também é uma barreira para que haja a inclusão efetiva dos surdos no âmbito educacional.

Por conseguinte, este trabalho objetivou evidenciar as percepções dos professores entrevistados sobre questões relacionadas à Língua Brasileira de Sinais, a partir dos sentidos e significados materializados em suas narrativas, como forma de identificarmos como está o atual cenário da formação e contato com a Libras, dos docentes.

No tocante aos dados levantados nesta pesquisa, é perceptível que o reconhecimento da Libras como língua e sua obrigatoriedade como disciplina curricular nos cursos de formação de professores foi um importante avanço que está apresentando resultados significativos, ao permitir que mais profissionais tenham conhecimento sobre essa língua.

No entanto, observamos que os dez colaboradores apresentaram formas de perceber o surdo e a língua de sinais a partir de um universo limitado, demonstrando que, apesar de evidenciarmos resultados positivos quanto ao acesso à Libras no contexto escolar, torna-se evidente que ainda há um longo caminho a ser trilhado para de que fato todos possam ter acesso e conhecimento sobre a referida língua. Contudo, como já havíamos previsto esse resultado na hipótese cerne desse estudo, as respostas obtidas revelaram uma frágil formação profissional do professor, o que afeta diretamente os surdos.

Podemos destacar alguns equívocos a respeito de certas concepções sobre a Língua (de Sinais), a cultura e o ser surdo presentes nas narrativas dos professores entrevistados, como a ausência da percepção da pessoa surda enquanto um sujeito que fala e a importância de sua cultura, evidenciando que a desvalorização da cultura surda está enraizada em uma concepção normativa e exclusivista da língua oral mostrando que ainda há falta de reconhecimento da Libras como uma língua natural e plenamente funcional.

A visão de que é preciso a presença do oralismo para que de fato haja a comunicação, exclui a pessoa surda como um ser falante, marginalizando outras formas de comunicação, como a língua de sinais. Tal percepção reforça um discurso de preconceito, que vem ridicularizando por muitos anos os surdos e impedidos de exercer seu papel de cidadão.

Por fim, esperamos que esta pesquisa possa contribuir para futuros estudos nas áreas de Educação e formação de professores, visto que ainda é uma temática pouco elucidada de

acordo com a literatura disponível e consultada *a priori*, viabilizando reflexões acerca da Libras e do quanto que ela ainda precisa ser evidenciada na sociedade, em especial, nas redes de ensino, para que possamos obter um corpo docente capacitado para atender a comunidade surda.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Luiz Cláudio de Oliveira; KELMAN. Percepções sobre ensino de libras no currículo de formação docente em licenciaturas fluminenses. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 6, n. 13, p. 94-110, jul./dez. 2019.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

24

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum – questões polêmicas e avanços contemporâneos. In: BRASIL. **Ensaios pedagógicos**: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005. p. 108-121.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GODOI, Eliamar; LIMA, Marisa Dias; ANDRADE, Valdete A. Borges (org.). **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**: a formação continuada de professores. Uberlândia: EDUFU, 2016.

KENDRICK, Denielli; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Libras e Formação Docente: da Constatação à Superação de Hierarquias. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 571-586, out./dez. 2020.

LIBRAS. **O que é Libras?** [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.libras.com.br/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

LIMA, Juliana Acácio Cordeiro de; CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. **O ensino da libras no ensino fundamental**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/9/o-ensino-da-libras-no-ensino-fundamental>. Acesso em: 25 out. 2023.

MANTOAN, M. T. E. (org.). **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas em educação especial.** Salamanca, Espanha, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração mundial sobre educação para todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jontiem, Tailândia, 1990.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; VIEIRA, Maria Inês da Silva. Bilinguismo e educação de surdos. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 19, p. 62-67, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. Didática da libras. In: FARIA, Evangelina Maria Brito de; ASSIS, Maria Cristina de (org.). **Língua portuguesa e libras:** teorias e práticas. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. p. 61-110. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/didatica_da_libras_1462972859.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 5, p. 81-111, 2003.

ROCHA, L. R. M. da; OLIVEIRA, J. P. de; REIS, M. R. dos (org.). **Surdez, educação bilíngue e libras:** perspectivas atuais. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Daniel Neves. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). **Uol – Mundo Educação**, São Paulo, 2020. 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-de-sinais-libras.htm>. Acesso em: 7 nov. 2023.

TAVARES, J. A.; NOGUEIRA, P. A. S.; Libras nas licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: ensino e inclusão na análise do currículo acadêmico. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p.1-18, maio 2023.

Recebido em: 16 maio 2024.

Aceito em: 27 out. 2025.